



**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS:
ORIENTAÇÕES A PARTIR DO NOVO PLANO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO E
CONTEÚDO BÁSICO COMUM DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Marina Ferreira de Souza Antunes
Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior

RESUMO

Busca analisar os programas de Formação Continuada de Professores de Educação Física em Minas Gerais, avaliando o seu impacto na prática pedagógica nas escolas públicas estaduais de Uberlândia - MG. Encontra-se em desenvolvimento, no âmbito do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em nível de doutorado. Apresentamos parte do trabalho: a apresentação e alguns apontamentos sobre os documentos Novo Plano Curricular para o Ensino Médio e Conteúdo Básico Comum de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio. Os procedimentos metodológicos são a identificação e análise documental no que se refere às orientações pedagógico metodológica, em num segundo momento, aprofundaremos na análise dos documentos com o objetivo de ordenar e sumariar as informações neles contidas. Esperamos contribuir para as investigações no campo da formação continuada de professores e implementação de políticas públicas educacionais.

Palavras chave: Formação Continuada de Professores; Educação Física; Conteúdo Básico Comum

**CONTINUING EDUCATION OF TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION IN MINAS GERAIS:
GUIDELINES FROM THE NEW CURRICULUM FOR SECONDARY EDUCATION AND THE
COMMON BASIC CONTENTS OF PHYSICAL EDUCATION**

ABSTRACT

This paper aim to analyze the programs of the Continuing Education of Teachers of Physical Education in Minas Gerais State - Brazil, and assessing their impact on educational practice in elementary state schools in Uberlândia city – MG. This work is in development within the program of Graduate Education, at Federal University of Juiz de Fora, at the doctoral level. We present some parts of the work: the presentation and some notes on the documents the New Curriculum for Secondary Education and Content Common Basic of Physical Education of Primary and Secondary Education. The methodological procedures are to identify and document analysis with regards to the guidelines teaching methodology, in a second step, we will further examination of documents in order to sort and summarize the information contained therein. We hope to contribute to research in the field of continuous training of teachers and implementation of educational policies.

Keywords: Continuing Education of Teachers; Physical Education; Common Basic Content



EDUCACIÓN CONTINUA DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA EN MINAS GERAIS: GUÍA DE LOS NUEVOS CURRÍCULOS DE EDUCACIÓN SECUNDARIA Y LOS CONTENIDOS BÁSICOS COMUNES DE LA EDUCACIÓN FÍSICA

RESUMEN

Analiza las políticas públicas para la Educación Continua de Profesores de Educación Física en Minas Gerais, y evaluar su impacto en la práctica educativa en las escuelas primarias públicas en Uberlândia - MG. Se encuentra en desarrollo dentro del programa de Educación para Graduados de la Universidad Federal de Juiz de Fora, en el nivel de doctorado, se presentan algunos de los trabajos: la presentación y algunas notas sobre los documentos de los nuevos currículos de Educación Secundaria y de contenido Núcleo Básico de la Educación Física de Educación Primaria y Secundaria. Los procedimientos metodológicos son la identificación y el análisis de la documentación con respecto a las orientaciones pedagógicas y metodológicas, en un segundo paso, vamos a seguir el examen de los documentos con el fin de ordenar y resumir la información contenida en él. Esperamos contribuir a la investigación en el ámbito de la formación continua de los docentes y la aplicación de las políticas educativas.

Palabras clave: *Formación permanente de profesores, Educación Física, Contenidos básicos comunes*

A partir dos anos 80 do século XX, o governo mineiro desencadeou uma série de reformas nas áreas sociais, dentre elas a educacional, visando o desenvolvimento sustentável do Estado, e no caso específico da escola, superar o caráter excludente e a cultura da repetência, tão marcadamente presentes no contexto escolar. Na esfera Federal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, introduziu várias modificações substantivas na organização da Educação e forneceu as bases para as políticas de formação de professores dando destaque tanto para a formação inicial como a continuada dos professores.

A formação continuada de professores, como parte das políticas públicas adotadas, adquire neste âmbito um sentido de minimização das dificuldades encontradas pelos docentes no cotidiano escolar, e para os administradores dos sistemas de ensino, é vista como uma via para implementação de reformas e/ou a obtenção de indicadores que expressem a qualidade de ensino (RHEINHEIMER, 2006). Brzezinski e Garrido (2001) ao fazerem a análise da produção do GT Formação de professores da ANPED sinalizam para o fato de que

A avaliação do impacto dos cursos de formação inicial e continuada na melhoria da qualidade do ensino também foi questão pouco investigada na produção do GT, assim como silenciam-se as pesquisas sobre as condições de trabalho dos professores da rede pública e a influência desse fator nos baixos índices de qualidade e de aproveitamento no ensino fundamental (p.95).

As autoras apontam que “uma única pesquisa dedicou-se à avaliação dos programas de formação continuada”, chamam a atenção para a “falta de ressonância desses projetos no desempenho dos alunos” e reforçam a necessidade de “avaliar-se o impacto dos programas na melhoria da qualidade de ensino” (BRZEZINSKI e GARRIDO, 2001, p.87). Gatti (2008) por sua vez, em uma análise que fez das políticas



de formação continuada no Brasil, na última década, indica que “não se dispõe, ainda, de avaliações de seguimento posterior aos programas públicos implementados: ou seja, o que se consolidou em novas práticas no chão da escola” (p. 62). Molina Neto & Molina (2009) ao analisarem a produção acadêmica da área da educação Física, no âmbito da pós graduação, afirmam que, no que tange à formação de professores, este tema ainda aparece como um subproduto de pouca significância. Os autores sinalizam que “há pouca especificidade e interesse da área na investigação sobre a formação de professores de Educação Física e sua prática pedagógica” (p.22)

Bertolo, em sua tese de doutorado afirma que

(...) para viabilizar a formação continuada de professores presentes no âmbito das ações da política educacional ou da literatura especializada, que trata sobre a temática, depara-se com uma série de proposições, nem sempre convergentes, em termos de conceitos, modelos e enfoques metodológicos (2004, p. 50).

Desta forma, Dalben (2006) assevera que um programa de formação continuada “se desenvolve num campo complexo e a escolha do melhor modelo ficará condicionada à conjunção de forças desse campo” (p. 133), ou seja, o mesmo modelo não serve para “todos” os grupos, o programa deve considerar as expectativas e as peculiaridades de cada realidade. A autora indica dois aspectos, que ela considera fundamental, na organização de programas de formação de professores: “o tipo de relação pedagógica a ser estabelecido e a relação com os conteúdos do próprio programa” (p. 137).

Lorenzini et al (2010) no estudo que fizeram sobre formação continuada de professores de educação física em Pernambuco afirmam que

(...) acreditamos que a tomada de consciência do inacabamento e a percepção da necessidade de continuidade, particularmente na formação de professores, e especificamente na área da Educação Física devem ser realizadas de forma contextualizada, principalmente no âmbito das políticas educacionais, nas quais estão em disputa projetos de sociedade (p. 153).

Desta maneira, a formação deve ser orientada para: a reflexão crítica sobre a construção histórica, a prática relacionada com o contexto sócio-econômico-político-cultural e para as possibilidades de desenvolvimento de um conhecimento específico articulado com a construção de um ensino diferenciado no contexto escolar (Molina Neto, 1995); pautado não somente nos aspectos teóricos, mas considerando também o saber docente produzido pelos professores nas diferentes práticas pedagógicas e sua aplicabilidade nos diversos ambientes escolares.

Esta pesquisa busca analisar os programas de Formação Continuada de Professores de Educação Física em Minas Gerais, avaliando o seu impacto na prática pedagógica dos professores nas escolas públicas estaduais de Uberlândia - MG. Salientamos que esta encontra-se em desenvolvimento, no âmbito do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora¹, em nível de doutorado e, neste sentido, apresentamos parte do trabalho que está sendo desenvolvido, o qual seja a apresentação e alguns apontamentos sobre os documentos: Novo Plano Curricular para o Ensino Médio e do Conteúdo Básico Comum de Educação Física (CBC – E.F) do Ensino Fundamental e Médio, um dos objetivos específicos da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos adotado tem sido, num primeiro momento, a identificação e análise documental no que se refere às políticas públicas para AA Formação Continuada em Educação Física em Minas Gerais, implementadas sob a forma de Leis, Decretos, Resoluções, Projetos e Programas, desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), no período de 1990 a 2010, com o intuito de identificar os referenciais teóricos metodológicos que sustentam estas políticas, seus princípios e

¹ Pesquisa financiada pela CAPES, no âmbito do Programa Prodoutoral.



diretrizes. Neste trabalho trazemos a apresentação e uma análise preliminar do Novo Plano Curricular para o Ensino Médio e do CBC – E.F. Em um segundo momento, aprofundaremos na análise dos documentos com o objetivo de ordenar e sumariar as informações neles contidas, de maneira tal, que estas nos possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa (GIL, 2006).

No ano de 2006, o governo de Minas Gerais, por meio da Resolução SEE Nº 833, de 25 de novembro de 2006, instituiu a nova organização curricular a ser implementada no Ensino Médio. No documento intitulado “Novo Plano Curricular do Ensino Médio”, os autores afirmam ter um objetivo “ambicioso”, o qual requer “uma mudança na forma de se pensar a educação escolar” (SEE, 2006, p. 8) em Minas Gerais, com vistas a melhorar a eficiência do sistema educacional; melhorar o desempenho dos alunos e a qualidade do ensino; superar as desigualdades regionais; dar mais atenção aos alunos do noturno e promover uma educação escolar voltada para as novas tecnologias.

O referido documento ainda apresenta como finalidades da mudança na educação escolar: 1) consolidação e aprofundamento dos conhecimentos; 2) sólida formação básica; 3) aprimoramento do educando como pessoa humana; 4) compreensão dos fundamentos científicos e 5) acesso e domínio das tecnologias digitais. Apontando as seguintes razões da mudança: ampliar as oportunidades de acesso; aumentar as chances de permanência; tornar a vida escolar uma experiência de sucesso; tornar a escola um lugar melhor para ensinar; implementar as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais e otimizar o uso dos recursos e da infraestrutura.

Os autores propõem uma “inversão na concepção de educação escolar” explicando que

O novo plano curricular para o ensino médio não está a anunciar que os conteúdos científicos e tecnológicos, a formação para o trabalho e o domínio de habilidades intelectuais específicas devam ser colocadas em segundo plano. (...) Ao proclamar que ela (a concepção de educação escolar) se constitui na formação e no desenvolvimento dos jovens como seres humanos, esse anúncio cria um novo fundamento para o processo educativo. A partir dele estabelece-se uma outra direção que orienta a organização dos conteúdos escolares, dos tempos e dos espaços escolares, das formas e dos critérios de avaliação e, acima de tudo, dos objetivos dos processos educativos (SEE, 2006, p.30).

Como princípios norteadores o documento apresenta: o compromisso fundamental com a formação, o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos; a gestão democrática; escola mais aberta à participação da comunidade e mais inclusiva; a autonomia pedagógica da escola; participação ativa da comunidade; plano curricular sintonizado com a vida social e com o mundo do trabalho; compromisso com a difusão de valores e atitudes; conteúdos curriculares visando à transformação social e a participação ativa dos alunos nas atividades escolares (SEE, 2006).

No entanto, Soares (2008) nos alerta para o fato de que, para ele, a reforma curricular “já havia começado antes mesmo de ser levada às instâncias da sociedade diretamente ligadas a sua aplicação” (p. 68), a qual seja: os professores da educação básica e à comunidade escolar de maneira geral. Para este autor

Isto demonstra que tradicionalmente as políticas públicas no Brasil raramente consultam o público o qual procurará atingir, o que denuncia uma grave despreocupação dos gestores públicos que ainda carregam uma ação autoritária na elaboração de tais políticas (SOARES, 2008, p. 68)

O documento como um todo enfatiza a necessidade do uso das linguagens tecnológicas para suprir, ou superar os atrasos educacionais brasileiros, indicando os cursos que serão implementados em todas as escolas, desde capacitação em informática instrumental até construção de web sites.



Para Soares (2008) “o objetivo da reforma curricular do ensino médio está intrinsecamente subordinado às determinações do mundo produtivo, tendo a linguagem informacional como alicerce para a implantação das reformas” (p. 69). Este autor afirma

... que as ditas linguagens tecnológicas vem encobrindo todo o discurso da necessidade de transformação dos sistemas educacionais públicos. Estas linguagens são vistas como a solução para o atraso da escola diante de uma sociedade que avança a passos largos pelos caminhos das tecnologias informacionais (...) Mas dentro e fora da escola infelizmente a realidade tem sido outra. Somente 13,6 milhões de pessoas, 8% da população, acessam a internet a partir de computadores em casa, conforme o Mapa das Desigualdades Digitais (2006), do Ministério da Ciência e Tecnologia (SOARES, 2008, p. 69)

O outro documento analisado, a proposta curricular para educação física da SEE/MG, editado para consolidar esta política educacional para o ensino médio, afirma que o CBC contempla os conhecimentos mínimos necessários para que os adolescentes e jovens possam vivenciar a sua corporeidade com autonomia e responsabilidade, para intervirem na sociedade, com ludicidade e qualidade de vida. E que o compromisso com uma Educação Física voltada para a formação cidadã dos alunos deve ser orientado por

- Corpo concebido na sua totalidade;
- A qualidade de vida como requisito para a vivência corporal plena;
- As práticas corporais como linguagem;
- A ludicidade como essência da vivência corporal;
- A escolarização como tempo de vivência de direitos;
- A democracia como fundamento do exercício da cidadania;
- A ética e a estética como princípios norteadores da formação humana (CBC, 2008, p. 17).

Ao apresentarem as Orientações Metodológicas ressaltam que “não se constrói uma nova proposta de Educação Física Escolar por decreto. Precisamos ter um plano de ação” (CBC, 2008, p. 24). No entanto quando indicam o conteúdo curricular a ser tratado na Educação Física, bem como a concepção de currículo que deve permear a proposta, identificamos uma contradição, uma vez que afirmam

No que tange à estrutura organizacional dos conteúdos da disciplina de Educação Física ao longo da Educação Básica, a **Secretaria Estadual da Educação definiu**, a partir das orientações da LDB, a estruturação do Conteúdo Básico Comum (CBC) conteúdos relevantes e necessários ao desenvolvimento das competências e habilidades consideradas imprescindíveis aos alunos em cada nível de ensino e que, portanto, devem ser, **obrigatoriamente**, ensinados em todas as escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais (CBC, 2008, p. 32). (Grifo nosso).

Entendemos que uma proposta que diz considerar o professor como autor de sua prática pedagógica não deveria definir a priori os conteúdos a serem trabalhados e tão pouco usar o termo “obrigatoriamente”, pois onde fica a autoria e a autonomia destes professores, uma vez que realizará o trabalho por obrigação e não por adesão/entendimento e concordância com o projeto?

Esta leitura preliminar nos apresenta algumas categorias sobre as quais nos debruçaremos com mais afinco na próxima etapa da pesquisa: formação cidadã, democracia, estética, competência, habilidades, interdisciplinaridade, aprendizagem e ética democrática. De modo geral, esperamos que a realização desta pesquisa contribua para as investigações no campo da formação continuada de professores e implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos professores.

Referências Bibliográficas



BERTOLO, S. de J. N. Formação continuada de professores no Projeto Escola Cabana: contradições e contrariedades de um processo centrado na escola Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/ FaE, 2004.

Doutorado em Educação.

BRZEZINSKI, I & GARRIDO, E. Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998. **Revista Brasileira de Educação**. n. 18, set/out/nov/dez, 2001.

DALBEN, A. I. L. de F. Formação Continuada de professores: idéias para a construção de uma política integrada entre Universidade e Sistemas de Ensino. In: CALDERANO, M. da A. & LOPES, P. R. C. (Orgs.) **Formação de professores no mundo contemporâneo: desafios, experiências e perspectivas**. Juiz de Fora: EDUFJF, p. 131-146, 2006.

GATTI, B. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v.13, n. 37, jan./abr. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

LORENZINI, A. R. et al. Programa de formação continuada em educação física: sujeitos, processo e produtos. In: TERRA, D. V. & SOUZA JÚNIOR, M. (orgs.) **Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia, GO: CBCE, p. 147-180, 2010.

MOLINA NETO, V. Uma Experiência de Ensino de Futebol, No Currículo de Licenciatura Em Educação Física. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 29-37, 1995.

MOLINA NETO, V., MOLINA, R. M. K. A prática pedagógica do professor de Educação Física no cotidiano escolar. Pesquisar e aprender: metaponto de vista. In: MOLINA NETO, V. et al. (org.) **Quem aprende? Pesquisa e formação em educação física escolar**. Ijuí: Unijuí, p. 13-36, 2009.

RHEINHEIMER, A. de F. Política de formação continuada de professores: um olhar crítico para a busca de alternativas. Universidade do Vale do Itajaí, 2006. **Dissertação de Mestrado**.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Novo Plano Curricular do Ensino Médio**. Belo Horizonte, 2006.

_____. **Proposta curricular de Educação Física: ensino fundamental e médio**. CBC da Educação Física. Belo Horizonte, 2008.

SOARES, J. M. M. S. Política social da educação e o mundo do trabalho: a interpretação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio na escola pública. Universidade de Brasília, 2008, **Doutorado**.

Marina Ferreira de Souza Antunes – doutoranda do PPGE/UFJF bolsista CAPES

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior – Orientador – PPGE/UFJF

Endereço para correspondência:

Rua: Izaura Augusta Pereira, 286

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38408-192 Uberlândia MG

Email: marina@faefi.ufu.br